

APA DE TAMBABA: LEVANTAMENTOS DOS IMPACTOS AMBIENTAIS EM PRAIA BELA E TAMBABA.

FABIANA DONATO SOARES LISBOA¹, MARIA SALLYDELÂNDIA SOBRAL DE FARIAS², JOSÉ DANTAS NETO³

RESUMO

O presente trabalho foi fazer o levantamento preliminar dos impactos ambientais na APA de Tambaba, visando contribuir com discussões sobre Impactos em áreas litorâneas, visto que a ação antrópica em questão representa um fato gerador as de degradação ambiental. Na pesquisa foi dectado: ocupação desordenada, erosão, falta de infra-estrutura básica,não existe zonemaneto na área e degradação do solo, da água e da flora e fauna local. Como o turismo na área encontra-se em expansão se não houver implantação de políticas públicas que incentive a gestão ambiental da área, o quadro atual se complicará se faz necessário que o órgão gestores responsáveis pela administração da APA de Tambaba, desenvolva atividades que gerem benefícios econômicos, com mínimo possível de impactos negativos sobre o local.

1 INTRODUÇÃO

A contínua expansão sócio-econômica, traduzida pela urbanização acelerada decorrente do desenvolvimento dos setores industrial, agrícola e de serviços, tem aumentado a demanda por recursos naturais e por áreas para expansão imobiliária, em especial, por recursos minerais. O que tem levado áreas de relevantes atributos ambientais a serem ocupados irregularmente.

As Unidades de Conservação vêm sendo criadas pelo poder público, em suas esferas Federal, Estadual e Municipal, com a finalidade de preservar e conservar o meio ambiente,

¹ Aluna do Curso de Engenharia Ambiental.UNIPB.sally_farias@yahoo.com.br

² Doutora em Engenharia Agrícola.UFCG.e.mail:sally_farias@yahoo.com.br

³ Profº do DEag-UFCG.e.mail:dantasneto@ufcg.edu.gov

de forma a compatibilizar o desenvolvimento econômico-social e cultural com o uso racional dos recursos naturais, tem sido uma forma de minimizar o problema.

Segundo dados levantados junto à Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUDEMA, existem no Estado da Paraíba cerca de 30 Unidades de Conservação, sendo 14 federais, 13 estaduais e 03 municipais. A área das Unidades de Uso Integral representam menos de 1% do território do Estado, ficando distante da meta do país que segundo estabelecido pela Agenda 21, de pelo menos 10% de sua extensão territorial coberta por Unidades de Conservação de uso indireto, mas que atualmente atinge apenas cerca de 3% da extensão territorial brasileira.

A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. A Área de Proteção Ambiental Estadual de Tambaba está localizada na microrregião do Litoral Sul Paraibano, no município do Conde (distrito de Jacumã), Paraíba. Foi decretada como Unidade de Conservação em 26 de março de 2002, pelo Decreto Estadual nº 22.882, e abrange as localidades costeiras de Lagoa Preta, Praia de Tabatinga, Fazenda Bucatu, Praia de Coqueirinho, Praia de Tambaba e Praia de Graú.

A APA é composta por ecossistemas de Mata Atlântica e manguezais. A área, nos últimos anos, vem crescendo economicamente principalmente por seu potencial turístico, a faixa litorânea apresenta uma paisagem natural singular, sendo o principal produto turístico do lugar.

O objetivo do presente trabalho foi fazer o levantamento preliminar dos impactos ambientais na APA de Tambaba, visando contribuir com discussões sobre Impactos em áreas litorâneas, visto que a ação antrópica em questão representa um fator gerador de degradação ambiental.

2. MATODOLOGIA

2.1. Caracterização da área

A Área de Proteção Ambiental Estadual de Tambaba está localizada na microrregião do Litoral Sul Paraibano, no município do Conde (distrito de Jacumã), Paraíba. Foi decretada como Unidade de Conservação em 26 de março de 2002, pelo Decreto Estadual nº 22.882, e abrange as localidades costeiras de Lagoa Preta, Praia de Tabatinga, Fazenda Bucatu, Praia de Coqueirinho, Praia de Tambaba e Praia de Graú.

A área abrange aproximadamente 3.270 ha, limita-se a leste com a linha de costa e é delimitada por um polígono de dez lados. Encontra-se inserida na Bacia Sedimentar Pernambuco-Paraíba. O clima dominante é do tipo tropical quente-úmido, com chuvas de outono-inverno e um período de estiagem de cinco a seis meses. As precipitações pluviométricas médias anuais oscilam em torno de 1.600 mm, com chuvas que iniciam em fevereiro, sendo os meses mais chuvosos maio e junho.



Fonte: PEDROSA, 2004

Figura 01 – Localização da APA de tambaba

A região onde se insere a APA de Tambaba possui dois vetores principais de desenvolvimento: o primeiro é a agricultura, uma vez que grande parte da área tem, como principal atividade produtiva, o cultivo da cana-de-açúcar, de bambu e de tubérculos e o segundo é a atividade turística observada na expressiva evolução da ocupação urbana, principalmente nas áreas próximas à costa. Ambos os vetores são potencialmente capazes de impactar o meio ambiente, caso não sejam adotadas regras gerais para a racionalização do uso e ocupação do solo com base na capacidade de suporte do meio ambiente e de suas vocações naturais.

Na APA de Tambaba as atividades de lazer, turismo e agrícola caracterizam o uso atual da área. As praias de Tambaba, Coqueirinho e Tabatinga vêm, nos últimos anos, sendo ocupadas com edificações de casas de veraneio, bares e pousadas. A pavimentação da via PB-008, trecho Jacumã-Tambaba, tem acelerado o processo de ocupação e atraído significantes empreendimentos turísticos para a região. A vocação turística da região ficou evidente com a criação de Primeira Praia de Naturismo do Nordeste, na praia de Tambaba.



Fonte: SUDEMA, 2007

Figura 02 – Foto da APA de Tambaba – Paraíba

Esta unidade já conta com a chefia, e o conselho gestor devidamente instalado atualmente desenvolve um programa de educação ambiental com vistas a diminuir a incidência de resíduos sólidos, sobretudo, plásticos e vidros em toda a sua área.

A metodologia que adotada para a descrição e avaliação dos impactos ambientais na área, baseou-se no Método de Listagem (Check List). O que consiste em identificar e enumerar os principais impactos, positivos e negativos, ao meio ambiente e a população do município e da Bacia em geral, provocados pela atividade. Este levantamento de dados foi realizado através de visitas de campo e de análise fotográfica da área. Também foi realizado fotos na área para dectar impactos visuais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na APA de Tambaba as atividades de lazer, turismo e agrícola caracterizam o uso atual da área. As praias de Tambaba, Graú, Coqueirinho e Tabatinga vêm, nos últimos anos, sendo ocupadas com edificações de casas de veraneio, bares e pousadas. A pavimentação da via PB-008, trecho Jacumã-Tambaba, tem acelerado o processo de ocupação e atraído significantes empreendimentos turísticos para a região. A vocação turística da região ficou evidente com a criação de Primeira Praia de Naturismo do Nordeste, na praia de Tambaba. A preocupação em sua preservação/conservação vem despertando o interesse das instituições públicas em investir em estudos que desempenhem o papel de identificar e/ou solucionar os problemas relacionados a ocupação desordenada da área.

Não existe nenhuma infra-estrutura básica na área, como saneamento, rede coletora de esgoto, água encanada, coleta regular de lixo e local adequado para disposição final. As principais vias de acesso são Br-101 e a PB-008 que margeia toda a área proposta.

Uma inspeção realizada pelo IBAMA no município do Conde, demonstra a ocupação irregular na área do litoral sul do estado da Paraíba, o IBAMA encontrou uma residência que foi construída em Área de Preservação Permanente (APP), com supressão da

vegetação estabilizadora da falésia. A inspeção auxiliou no procedimento administrativo conduzido pelo Ministério Público Federal da Paraíba (MPF-PB), que constatou que a construção não tinha qualquer tipo de autorização ou licença, seja por parte da prefeitura, dos órgãos ambientais, do Ibama, da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema), ou do patrimônio da união, e que a casa se encontrava em terreno da Marinha.

Após o início da investigação o proprietário da casa, que é brasileiro, mas reside nos Estados Unidos, pediu à prefeitura a expedição da licença de construção, que deveria ter sido emitida antes da edificação da casa. Sem ouvir o Ibama, a Gerência de Patrimônio da União e o MPF-PB, a prefeitura emitiu, em março de 2006, a licença para a construção, regularizando assim o imóvel. Por essa razão a prefeitura do município do Conde foi inserida, também, como réu na ação. A área onde a casa está localizada faz parte de uma Área de Proteção Ambiental (APA) de Tambaba e nenhuma construção pode ser iniciada sem o devido licenciamento ambiental. A demolição da casa, construída na praia de Tabatinga, ocorreu a pedido da Justiça Federal, que determinou ainda que a área seja recuperada e os danos causados sejam sanados, na forma de multas a serem pagas pelo infrator. Investigações para localizar o proprietário de outra mansão construída também em APP neste mesmo litoral permanecem. Casos como este demonstra o descaso do poder público em proteger o meu ambiente.

Levantamento dos Impactos Ambientais – método da listagem de controle – “Check-List”

O homem tem exercido grande influência sobre os recursos naturais, com o desenvolvimento de tecnologias que alteram, de forma cada vez mais rápida e predatória, o ambiente em que vive, acarretando ao planeta acelerada degradação, que compromete a qualidade e a sobrevivência na biosfera. Deste modo, são relativamente comuns, hoje, a contaminação das coleções d'água, a poluição atmosférica e a substituição indiscriminada da cobertura vegetal nativa, com a conseqüente redução dos habitats silvestres, entre formas de agressão ao meio ambiente.

De acordo com o levantamento realizado neste trabalho observaram-se os seguintes impactos na área:

Praia de Tambaba

1. Falta de zoneamento
2. Infra-estrutura
3. Edificações nas áreas costeiras
4. Desmatamento
5. Grande erosão marítima
6. Esgoto a céu aberto
7. Edificações na faixa de praia
8. Ausência de rede coletora de lixo e disposição final
9. Invasão das áreas consideradas preservação ambiental

Praia Bela

1. Ausência de infra-estrutura
2. Degradação da fauna e da flora
3. Desmatamento no manguezal
4. Esgotos depositados num córrego d'água
5. Falesia morta
6. Edificações na faixa de praia
7. Edificações próximas às áreas erosivas
8. Desmatamento nas áreas verdes
9. Processo erosivo acentuado
10. Assoreamento do curso d'água
11. Invasão das áreas consideradas de preservação ambiental
12. Manejo do Solo desordenado para o plantio
13. Ausência de infra-estrutura
14. Degradação da fauna e da flora
15. Desmatamento no manguezal
16. Esgotos depositados num córrego d'água
17. Falesia morta
18. Edificações na faixa de praia
19. Edificações próximas às áreas erosivas
20. Desmatamento nas áreas verdes

- 21. Processo erosivo acentuado
- 22. Assoreamento do curso d'água
- 23. Invasão das áreas consideradas de preservação ambiental
- 24. Manejo do Solo desordenado para o plantio

Observa-se nas Figuras 03 e 04, ocupação desordenada sem considerar os limites sugeridos pela legislação brasileira.



Figura 03 – Muro de residências avançando para Área de Preservação Permanente

Na figura 04, a presença de esgoto escoando diretamente no solo, apresentando aspectos de águas residuárias. A presença de esgoto a céu aberto é a alteração ambiental que mais afeta a população, segundo pesquisa divulgada hoje pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) que investiga o meio ambiente nos 5.560 municípios brasileiros.



Não existem mistérios acerca da poluição dos mares. O pior problema, atualmente, é o enorme despejo de esgoto não-tratado e de efluentes industriais, sem qualquer preocupação com as possíveis consequências.

Em todo o mundo, grande quantidade de esgoto doméstico é despejada no mar, mas somente uma parte é previamente tratada. O oxigênio e as bactérias do mar ajudam bastante a neutralizar o esgoto, tornando-o inofensivo e permitindo que seja usado por animais e plantas. Afinal de contas, o mar está repleto de animais que produzem detritos durante todo o tempo. Contudo, a quantidade de resíduos que pode ser despejada nele é limitada(BAINES,1995).

O número de pessoas que vivem em cidades litorâneas está crescendo em todo o nosso planeta, e mais esgoto é produzido sem que o mar possa processá-lo. Tecnicamente, tratar os esgotos antes de lançá-los no mar não é um problema, mas custa caro. As nações em desenvolvimento, em particular, ressentem-se da falta de recursos financeiros para construir estações de tratamento em número suficiente. No Sudeste Asiático, onde essas estações são poucas, o problema é mais sério ainda. Mesmo as nações ricas frequentemente relutam em gastar dinheiro com estações de tratamento e, assim, os esgotos acabam sendo

lançados nas praias, o que não é somente desagradável, mas constitui um grave risco para a saúde.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na pesquisa foi dectado: ocupação desordenada, erosão, falta de infra-estrutura básica,não existe zonemaneito na área e degradação do solo, da água e da flora e fauna local.

O fato da APA Tambaba estar localizada numa área onde a paisagem litorânea é o principal produto turístico, composta por belíssimas praias, cortadas por frágeis falésias, onde em alguns trechos das praias a erosão se encarrega de criar esculturas nas formações rochosas moldando exuberantes formas naturais. Faz com que a atenção de turistas e investidores se concentre na região litorânea, por vezes gerando situações conflituosas. Há de se perceber que o potencial da área não se encontra apenas nas praias. Em sua área rural a APA apresenta grande potencial para o ecoturismo e outras atividades ambientalmente sustentáveis.

Porém, como o turismo na área encontra-se em expansão se não houver implantação de políticas públicas que incentive a gestão ambiental da área, o quadro atual se complicará, se faz necessário que o órgão gestores responsáveis pela administração da APA de Tambaba, desenvolva atividades que gerem benefícios econômicos, com mínimo possível de impactos negativos sobre o local.

Para tanto se faz necessário que sejam cumpridos os principais objetivos propostos na criação da Unidade de Conservação e que as leis brasileiras sejam cumpridas, observa-se que não existe na área uma fiscalização permanente o que dificulta o controle ambiental da área.

5. REFERENCIAS BILIOGRAFICAS

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL Versão 1.0.0 – 2000
disponível em: www.pnud.org.br. Acesso em: 23/04/2008.

BAINES, John. **Preserve os oceanos**. Scipione, São Paulo, 1995.

PEDROSA, E. C. T., MENESES, L. F. ,VIANNA, P. C. G. et. al. .Geoprocessamento: uma contribuição à elaboração do zoneamento ambiental da APA DE TAMBABA-PB. Anais - I I Simpósio Regional de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto Aracaju/SE, 10 a 12 de novembro de 2004.

PEDROSA, Elaine Cristina Teixeira. **Caracterização do uso e ocupação da terra em relação à morfologia do relevo na área de Proteção Ambiental Tambaba-Paraíba.** Monografia (Graduação em Geografia). João Pessoa: UFPB, 2006.

SUDEMA – Superintendência de Administração do Meio Ambiente. João Pessoa/ PB, 2008.